

## **REFLEXÃO SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968**

<sup>1</sup>GOES, Micheline Cordeiro. (UFS-Email: michelinegoes@hotmail.com)

SANTOS, Patrícia Batista. (UFS-E-mail: patricia.batistasantos@yahoo.com.br)

SANTOS, Weslei Almeida. (UFS-Email: wesalmeid@ibest.com.br)

**Resumo:** A ditadura militar no Brasil teve seu início em 1964 e juntamente com ela deslancharam-se enormes ondas de protestos e repressões violentas. É nesse contexto conturbado, especificamente no ano 1968, que se dá a Reforma Universitária uma das mais importantes reformas do ensino superior no Brasil, que foi responsável por mudanças profundas na estrutura orgânica das universidades brasileiras, na qual, aboliu as cátedras, criou os concursos vestibulares, implantou os departamentos, entre outras transformações. Este artigo tem por objetivo descrever a herança que o governo militar deixou a partir da lei 5540/68 e tenta contribuir com uma reflexão sobre os problemas que surgiram após a reforma. Para o desenvolvimento desse artigo foram realizados levantamentos bibliográficos e de artigos científicos que fazem menções à política educacional do regime militar no ensino superior.

**Palavras-chaves:** Reforma Universitária; governo militar; transformações.

**Resumen:** La dictadura militar en Brasil comenzó en 1964 y con ella enormes olas de protestas y represión violenta. En este contexto turbulento, específicamente el año 1968, se da la reforma universitaria. Una de las reformas educativas más importantes de la enseñanza superior en Brasil, que fue responsable por cambios profundos en la estructura organizativa de las universidades brasileñas, que abolió las cátedras, creando competiciones a través del vestibular, los departamentos de curso, entre otros cambios. Este artículo tiene como objetivo describir el legado que dejó el gobierno militar desde la ley 5540/68 y trata de contribuir a la discusión de los problemas que surgieron después de la reforma. Para el desarrollo de este trabajo se llevaron a cabo encuestas de la literatura y artículos científicos que hicieron referencia a la política educativa del régimen militar en la educación superior.

**Palavras-chave:** Reforma Universitária; Gobierno militar; cambios.

---

<sup>1</sup> Estudantes do 6º período do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## 1. INTRODUÇÃO

A reforma universitária de 1968 se deu em um período conturbado, repressivo, antidemocrático e de forte censura as ideologias contrárias a do regime militar. A reforma do ensino superior foi resultado de uma combinação das propostas dos estudantes universitários que lutavam pela democratização do ensino superior e das influências norte-americana através da Usaïd (*United States Agency For International Development*) que tinham assessores junto ao MEC (Ministério da Educação e do Desporto) que acabou implantando nas universidades brasileiras o modelo empresarial calcada na eficiência, produtividade e racionalidade.

Os estudantes e professores desejavam pôr fim a uma universidade elitista para que esta aspiração pudesse se concretizar propunham a abertura de vagas, a ampliação do corpo docente, aumento das verbas e recursos básicos para a integração de toda a universidade, pôr um fim na tirania da cátedra e a instauração dos departamentos com seus colegiados. No entanto suas reivindicações foram atendidas em partes pelos militares como veremos mais adiante.

O governo militar se apropriou destas reclamações e as utilizaram como bandeira para melhorar a imagem do seu governo e arrefecer o clima de protesto. Segundo Luiz Antônio Cunha citado por Germano (1992), o projeto de uma reforma universitária no sentido de democratização, nasceu e se desenvolveu no âmbito do movimento estudantil. Porém para os militares, a reforma teve a intenção de desmobilizar o movimento, nesse campo além de utilizar a política educacional como estratégia de hegemonia ou como veículo para a obtenção de consenso. É nesse sentido que Germano (1992, p.123) afirma que “a reforma incorporou a estrutura e tentou *inviabilizar* (grifo nosso), a todo o custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico”. Ou seja, os militares buscaram acabar com o modelo de universidade que formava cidadãos conscientes e que estavam engajados em lutas sociais e políticas.

Com a reforma universitária a cátedra, cadeira professoral; o mais alto posto da hierarquia do magistério, foi extinta e ocorreu a departamentalização das universidades, contudo, em vez de autonomia a reforma levou a intensificação do domínio da burocracia e do poder centralizado sobrando pouco espaço para a participação da comunidade universitária.

A reforma do Ensino de 1968 nos marcos das leis 5. 540 e 5.539(Estatuto do magistério Superior Federal), bem como dos documentos legais que antecederam a lei de 5.540/68 propiciaram condições institucionais para instituir e criar efetivamente a instituição universitária no Brasil, onde até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos de acordo com Cunha. Tornando a universidade a forma de organização por excelência do ensino superior à instituição isolada ficou com o status de excepcional e transitória.

A lei da Reforma Universitária de 1968 mencionava a autonomia didática – científica, disciplinar, administrativas e financeiras das universidades embora limitasse essa mesma autonomia dada através de dispositivos como a escolha de dirigentes. Segundo Elado C. Piletti in Heládio C. G Antunha a lei de 5540 decretou a extinção da cátedra e sua substituição pelo departamento e a concomitantemente criou a carreira de ensino universitário aberta com currículos flexíveis, cursos parcelados, semestrais, a introdução dos sistemas de créditos; como também a introdução dos exames vestibulares unificados e dos ciclos básicos comuns a estudantes de diversos cursos; a instituição regular dos cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado), bem como dos cursos de curta-duração.

Muitas das determinações e funcionalidades que foram efetivadas a partir da Reforma Universitária de 1968 perduram até os tempos atuais, tais como: os vestibulares classificatórios, os departamentos, os sistemas de créditos, entre outros.

## **2. A QUESTÃO DA CÁTEDRA**

As cátedras estão presentes na história das universidades desde a origem das instituições universitárias. As universidades surgem na Idade Média organizadas como uma corporação de mestres e discípulos, que se dedicavam a uma única disciplina. Em suas cadeiras os regentes acomodados fisicamente em um plano superior ao de seus ouvintes, detinham amplos poderes, convivendo intensamente com seus alunos e discípulos, lendo os livros, fazendo-os repetir e coordenando os debates com destreza de argumentação. No Brasil também não foi diferente a cátedra está presente desde o inicio das instituições universitárias brasileiras. Embora os jesuítas ofertassem cursos de nível superior sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes, o curso superior tal qual

conhecemos hoje é resultado do século XIX quando o Brasil recebe o status de Reino Unido a Portugal e a Algarves.

A cátedra, já bem antes da reforma universitária de 1968 era considerada pelos estudantes do ensino superior e alguns intelectuais como um entrave ao desenvolvimento das universidades do Brasil, pois todo o poder de decisão das universidades estava nas mãos dos catedráticos que utilizavam suas cadeiras da maneira que achavam convenientes. Em uma entrevista feita pelos Estudos Avançados em 1992, ao reitor da USP (Universidade de São Paulo) Roberto Leal Lobo e Silva Filho, ele expõe sua opinião sobre a extinção das cátedras e diz:

*“Um dos pontos mais importantes na reforma universitária de 1968 foi a extinção das cátedras. Pois este sistema oferecia graves inconvenientes, a partir de erros nos concursos para catedráticos e pelo fato desses serem vitalícios na função. Nos concursos, em razão da política interna na faculdade ou até mesmo por motivos subalternos, era frequente a não aprovação dos melhores candidatos à cátedra. E face a uma decisão equivocada num concurso, para a deficiência do catedrático não havia remédio até sua aposentadoria ou morte.*

E continua explanando sobre os problemas gerados pelas cátedras:

*“Sendo aprovado no concurso, o catedrático podia até mesmo deixar de fazer pesquisa e de dar aulas, podia designar maus assistentes, etc. Em consequência, a muitas pessoas competentes, de qualidade comprovada, eram fechadas as portas para o ingresso na vida acadêmica. Assim, o sistema era repressor em relação aos novos talentos, era um obstáculo à melhoria do ensino superior. Portanto, foi um passo necessário e acertado a extinção do sistema de cátedras e da vitaliciedade do catedrático. Mas, em contrapartida, a diluição de responsabilidade nos departamentos está mal resolvida.”*

Podemos concluir a partir do depoimento do reitor da USP que a cátedra dava plenos poderes ao catedrático e este utilizava o cargo como melhor lhe conviesse, podendo até se eximir de dar aulas ou de fazer pesquisas.

A partir das leituras de textos relacionados ao sistema de cátedras, pode-se afirmar que os catedráticos eram considerados os donos do saber, e que o sistema de cátedra impossibilitava a renovação do corpo docente das instituições de ensino superior, pois estes só desocupavam a vaga quando morriam ou se aposentava e não importava de que maneira os catedráticos geriam suas cadeiras, pois a vitaliciedade impedia que estes fossem afastados do cargo. Geralmente quem ocupava seus lugares era um dos seus discípulos de alta confiança que por muitas vezes

era sua replica, porém isso não significava que o novo ocupante da cátedra era o mais capacitado a exercer o cargo.

Trigueiro Mendes (1999, apud Fávero, 2000, p.7) ver “no catedrático, um grão-senhor que se impunha ao reitor e ao próprio governo”. O poder era centrado nos catedráticos, pois o reitor era um deles que era escolhido para ocupar o cargo.

Há quem considere que o sistema de cátedra não era de todo ruim como, a professora Cleonice Berardinelli que expressa:

“Considerar que ser catedrático é alguma coisa negativa, não me parece justo. O importante é saber quem é catedrático, quem é aquele catedrático. Como cada um vive o ser catedrático (...). Portanto, acho e repito, não tenho nada contra a cátedra, desde que a cátedra seja considerada como um espaço de onde se pode organizar, onde se pode exercer uma ação de congraçamento, de aproximação, não permitindo que, dentro da mesma cadeira, cada um vá para um lado, sem uma direção. E quando digo isso, claro, não quero padronizar ninguém. As direções de cada um têm de ser respeitadas” (Fávero, 1992 apud Fávero, 2000, p.8).

É inegável a importância do sistema de cátedras para a formação das universidades na Idade Média e sua contribuição durante séculos para o desenvolvimento do saber científico. Porém, manter um sistema que não é mais compatível com a época seria uma incoerência, pois o processo de modernização que havia atingido o país em 1968 necessitava de mudanças profundas na estrutura do país, bem como, das universidades brasileiras. Portanto pode-se dizer que com ou sem os militares alguma reformas referente às cátedras iria ocorrer para permitir a adequação das universidades brasileiras a nova ideologia econômica e política do Brasil. É bom ressaltar que a menção de departamento no lugar de cátedra não era fato novo, já bem antes de 1968, isto é, em 1937 segundo Fávero (2000) o Conselho Nacional de Educação faz referência à organização de faculdades por departamento.

### **3. OS DEPARTAMENTOS**

Os departamentos foram criados efetivamente, passando a fazer parte da estrutura orgânica das universidades brasileiras, a partir da Lei 5540/1968 que reformulou o ensino superior do Brasil. Através dessa lei, o departamento torna-se a menor unidade dentro da universidade. Segundo Ghiraldelli (2008), antes da reforma de 1968 era o curso que fornecia o vínculo básico da universidade tanto para os professores

quanto para os alunos, depois da reforma o departamento passa a desempenhar este vínculo.

A departamentalização fundou-se sobre uma ideologia de universidade calcada em modelo empresarial onde a racionalidade, eficiência e a produtividade eram as palavras-chaves conforme a proposta da (AID) *Agency for International Development*. De fato, o que se criou foi um fantástico aumento da burocracia (uma estrutura burocrática para cada curso e uma rede de instâncias burocráticas para cada departamento) que inviabilizou quase completamente a agilidade da vida universitária. Portanto, nada ficou mais longe da racionalidade, eficiência e produtividade que a universidade estatal brasileira de acordo com Ghiralelli (2008, p. 118).

Além do aumento na burocracia que acabou inviabilizando a agilidade da vida universitária Ghiraldelli comenta outros problemas originados pela aplicação do modelo empresarial destacando a “**fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores e, ainda, a dispersão de alunos pelo sistema de créditos provocando a despolitização e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico que era a turma**” Ghiraldelli (2008, p.119).

A criação dos departamentos foi e é alvo de inúmeras críticas devido à forma que o sistema foi implantado, pois a criação dos departamentos sofreu as influências da AID, bem como, dos militares que buscaram desarticular as agremiações políticas que comungavam de ideologias contrárias a dos militares. Para muitos críticos, a criação do departamento desarticulou e separou as pessoas que tinham afinidades ideológicas, pois em consequência dos departamentos, as matrículas passaram a ser realizadas por disciplinas que gerou a dispersão dos discentes, por conseguinte, dificultou a organização política dos alunos o que foi uma grande perda para os universitários.

Podemos perceber bem claramente a insatisfação de alguns autores em relação à atuação e a política dos departamentos como, por exemplo, Ghiraldelli (2008, p.118) que define os departamentos como “**uma entidade fantasmagórica, em geral pouco democrática, que passou a espelhar, não raro, aqueles grupos de professores que estavam mais interessados em fazer carreira administrativa do que se dedicar ao ensino e à pesquisa**”.

Para Silva Filho, em entrevista concedida à revista eletrônica Estudos Avançados, os departamentos são focos de corporativismo. Porque os dirigentes são

escolhidos por sujeitos que compõem o departamento, escolhem o conselho departamental que tem a função de criar os regulamentos e escolher o chefe. E expõe que o chefe de departamento não tem nenhum aval fora da administração departamental e problematiza que até mesmo no próprio departamento o chefe não tem autoridade para gerir, ao passo que é dependente de seus subordinados e por está atrelado ao jogo de interesses dentro do departamento. Fávero (2006, p.34) expressa que “**mais de três décadas, observa-se ser o departamento, freqüentemente, um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitado e até inibidor de um trabalho de produção de um conhecimento coletivo**”.

Através desta reflexão utilizando como bases diferentes autores pretende-se discutir os problemas causados pela departamentalização. Portanto este trabalho não objetiva estar a favor ou contra da atual organização da estrutura universitária apenas tenta descrever a herança que o governo militar deixou a partir da lei 5540/68 e tenta contribuir para uma reflexão sobre os problemas que surgiram após a reforma.

#### **4. OS VESTIBULARES**

Os famosos vestibulares tão exaltados e considerados como a prova dos “vencedores” que merecem faixas de congratulações pela aprovação no concurso são frutos da Reforma Universitária dos militares, foi uma ferramenta criada para mascarar a falta de vagas no ensino superior. De acordo com Ghiraldelli (2008) os vestibulares foram criados para eliminar as enormes listas de excedentes que aguardavam vagas nas universidades, pois mesmo sendo aprovados nos exames de admissão eram impedidos de se matricularem devido à falta de vagas. E segundo o mesmo autor, esse problema dos excedentes foi resolvido como um passe de mágica pelos militares, pois, com a criação de um concurso classificatório só teria direito a ocupar as vagas, aqueles candidatos que obtivessem maiores notas e os restantes seriam excluídos. Portanto, não resolveu o problema da falta de vagas nas universidades.

Compreende-se a partir das leituras, que a seleção (vestibular) acabou limitando ainda mais o acesso das classes populares ao ensino superior. Dentro desta perspectiva, Jayme Abreu cita alguns problemas do ensino superior em (1968) e relata a quase ou total ausência de sujeitos das classes média-baixa e baixa nos quadros discentes das

universidades, e desta a alta seletividade econômica na composição do alunado. Ele também enfatiza que a baixa porcentagem de pessoas de outras classes poderia implicar em perda de talentos, ou seja, um jovem da classe baixa poderia ter um talento mais excepcional para as ciências que um de classe alta, porém devido à excessiva discriminação social esse talento é perdido.

A baixa aprovação de sujeitos de classe média-baixa e baixa nas universidades é reflexo de um sistema de ensino público degradado. Tal problema poderia ser sanado se houvesse investimentos estatais a fim de melhorar a qualidade do ensino básico para que o estudante de escola pública pudesse ser mais competitivo na disputa pelas vagas. Durante o Regime Militar, Germano diz que:

“Com efeito, apesar da constante valorização da educação escolar, ao nível do discurso, o estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. Isso acontece por que, como vimos, o estado emprega o montante de recursos sob a sua responsabilidade em setores de acumulação do capital. Esta é a sua prioridade real, a qual, por sua vez, aponta no sentido de privatização do ensino”. (Germano, 1992, p. 104)

Porém, garantir o volume de investimento necessário a uma educação de qualidade custa caro com retorno a longo prazo. Por isso, tanto o governo militar como os posteriores governos não se interessaram muito em fazer tais investimentos apesar do tema educação ser reconhecido por todos como prioridade para o crescimento de um país. Desta maneira é mais lucrativo e agradável para as classes dominantes se preocuparem com os setores de acumulação do capital que logo fornecerão lucros.

Em vista desse custo alto com retorno em longo prazo é que as universidades estão investindo nas políticas de cotas para garantir o acesso dos estudantes carentes às universidades. Embora, a democratização não ocorra do modo mais correto que seria com a melhora da qualidade do ensino básico esta é uma forma de fazer justiça às desigualdades em um prazo muito mais curto. Porém, não se deve deixar de lutar pela democratização do ensino superior e muito menos de buscar o avanço na qualidade do ensino básico. Estas duas lutas devem andar lado a lado para que se possa garantir o acesso ao ensino superior de modo viável às classes mais baixas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar no Brasil de 1964 não foi apenas um período de protestos e repressões violentas. Esse período conturbado, também foi um período de reforma para a universidade brasileira. A lei de 5540/68 também conhecida como a lei da Reforma Universitária institui a extinção da cátedra e a criação do departamento. Para dar solução ao problema dos excedentes no vestibular houve a criação do vestibular classificatório. Com a departamentalização surge o sistema de créditos e a matrícula por disciplina. Também menciona e institui a autonomia didática – científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades. Fica evidente então que a Lei da Reforma efetivou medidas e um modelo de organização estrutural da universidade que perdura até os tempos atuais.

Pode se notar que a reforma universitária ocorreu calcada em um ideal de renovação e modernização da universidade brasileira buscando assim racionalidade, eficiência e produtividade o que na prática não ocorreu. Na realidade o vestibular classificatório não resolveu a falta de vagas no ensino superior mais ainda dificultou o acesso das classes média-baixas e baixas ao ensino superior; a departamentalização das universidades ao invés de agilidade e eficiência trouxe burocracia e morosidade a vida acadêmica; porém a extinção das cátedras resolveu o problema do excesso de poder conferido aos professores catedráticos que podiam inclusive deixar de ministrar aulas se assim desejassem.

Todas essas mudanças forma gestadas no seio do movimento estudantil que já vinha reivindicando a modernização do ensino superior brasileiro, contudo, seria ingênuo negar a influência norte-americana através da Usaid (*United States Agency For International Development*). Pois a Usaid tinha assessores junto ao MEC (Ministério da Educação e do Desporto) e os mesmos acabaram implantando nas universidades brasileiras o modelo empresarial calcado na eficiência, produtividade e racionalidade.

Além do movimento estudantil e da influência norte americana na instituição da reforma universitária é necessário considerar que ela só ocorreu por que o governo poderia executá-la sem prejudicar seus interesses e ainda poderia melhorar sua imagem junto à comunidade acadêmica altamente reprimida pelo governo militar.

Assim, a Reforma de 1968 foi gestada e instituída através da lei 5540 de 1968. Trouxe junto com ela solução para alguns problemas como o excesso de poder dado aos

professores catedráticos e também trouxe problemas que precisam ser resolvidos como o excesso de burocracia causado pela departamentalização. Uma vez que a universidade não é uma empresa, cabe a toda a comunidade acadêmica repensar esse modelo de universidade calcado em produtividade e eficiência que na prática trouxe a despolitização dos alunos, a morosidade a vida universitária e mais ainda não deu condições iguais de acesso a todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jayme. **Problemas Brasileiros de Educação**. Rio de Janeiro: Lidoror, 1968.

ESTUDOS AVANÇADOS (entrevista). **A questão da universidade, a partir da experiência da Universidade de São Paulo**. Estud. av. vol.6 no.15 São Paulo May/Aug. 1992. Disponível em: [www.brasiliana.usp.br/node/487](http://www.brasiliana.usp.br/node/487). Acesso em: 04/08/2010 às 10:23h.

FÁVERO, M. L. A. **Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão**. 2000. Disponível em: [related:www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf](http://related:www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf) Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. Acesso em: 04/08/2010 às 14:16h.

**. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** In: Educar, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf). Acesso em: 03/08/2010 às 13:30h.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI, P. Jr. **História da educação brasileira** - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. TEIXEIRA, L, E. M; MENDES DE F. F. L; GREIVE V. C. **Ensino Superior no Brasil**. In: \_\_\_\_\_. 500 anos de educação no Brasil. – 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.